



ATA DA 24ª SESSÃO ORDINÁRIA NO 2º PERÍODO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMOCIM, REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2024, NO PLENÁRIO DEPUTADO MURILO ROCHA AGUIAR.

Às 18:00 horas, do dia 02 de Setembro de 2024, na Câmara Municipal de Camocim compareceram a presente Sessão Ordinária os Edis: Antônio Emanuel de Almeida Souza, Maria Iracilda Rodrigues, Raimundo Rosivan do Nascimento, José Valdir de Oliveira Neto, Francisco Ataíde Araújo da Silva, Francisco Gomes Araújo, José Jeová de Vasconcelos, Kleber Trévia Veras, Mastrolhano Araújo da Silva, Francisco Geomar Sotero, Lucia Sousa Melo Freitas, José Elinaldo Pinto de Araújo, James Barbosa da Rocha, Marcos Antônio Silva Veras Coelho, José Ferreira da Silva, Mário Roberto Ferreira Lima. Havendo Numero Regimental, o Presidente desta Casa Legislativa vereador Antônio Emanuel de Almeida Souza solicitou que fosse feita a leitura da Sessão Ordinária anterior, em seguida a vereadora Lúcia Sousa Melo Freitas pediu a dispensa da leitura, que foi acatada pela presidência da Mesa Diretora. Em seguida a ata foi colocada em votação e aprovada. **PEQUENO EXPEDIENTE:** Leitura dos requerimentos **REQUERIMENTO:** 262/2024 - JEOVA VASCONCELOS - Vem requerer de Vossa Excelência que seja enviado ofício ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) Ligação de água na Travessa Estância Castelo – Bairro Tapete Verde, levando mais qualidade de vida para a população. **ORDEM DO DIA.** Discussão e votação dos projetos: **PROJETO DE LEI - EXECUTIVO: 10/2024 - MARIA ELIZABETE MAGALHÃES - INSTITUI O NÚCLEO GESTOR DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE CAMOCIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. PROJETO DE LEI - EXECUTIVO: 11/2024 - MARIA ELIZABETE MAGALHÃES - "DISPÕE ACERCA DA ADMINISTRAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS CEMITÉRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, DA REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES, USO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CEMITERIAIS E FUNERÁRIOS, UNO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMOCIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." Após as discussões os projetos foram aprovados por unanimidade. **GRANDE EXPEDIENTE.** O Vereador Mário Roberto Ferreira Lima fez uso da tribuna: *"Ressaltei que estamos em período eleitoral, momento em que intensificamos o diálogo com a população, algo que faço continuamente durante o mandato, buscando um mandato participativo e transparente. Nesse período, muitos trazem demandas coletivas, sendo uma das principais a questão da saúde pública. A saúde continua a ser uma grande preocupação. A população enfrenta dificuldades no atendimento médico, com vagas limitadas nos postos de saúde, especialmente nas áreas rurais, como Aborrecido e Rodagem do Lago. Ressaltei que essa limitação prejudica o fluxo do sistema, atrasando exames, consultas especializadas e até cirurgias. Defendi que esse tema deve ser amplamente debatido durante a campanha eleitoral, e que os futuros gestores precisam dar prioridade à saúde pública, com foco na eficiência e no uso otimizado dos recursos. Mencionei também um requerimento do vereador Naldo, que solicita uma nova unidade de saúde no distrito de Amarelas. Essa é uma demanda***



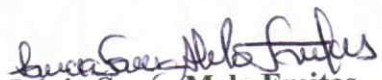
importante, dado o crescimento populacional da região. No entanto, comunidades como Cangalhas e Felipe também reivindicam uma unidade de saúde, o que torna a escolha do local ideal uma disputa a ser acompanhada nos próximos anos. Finalizei trazendo uma proposta que considero essencial para o fortalecimento do legislativo: a adoção das emendas impositivas. Isso daria mais autonomia ao vereador, que poderia destinar uma parte do orçamento para atender demandas da população, sem depender exclusivamente do Poder Executivo. Acredito que essa medida qualificaria o trabalho da Câmara, tornando-a mais independente e protagonista”. O vereador Marcos Antonio Silva Veras Coelho fez uso da tribuna: “Senhor presidente, senhores parlamentares, gostaria de aproveitar este momento para informar à população sobre nossas atividades parlamentares, especialmente porque estamos em período eleitoral e nos aproximando do encerramento do nosso mandato, que começou em janeiro de 2021 e termina em dezembro de 2024. Um ponto crucial que precisamos destacar é o distanciamento entre o que está previsto nos orçamentos públicos municipais e a realidade enfrentada pela população. A Lei Orçamentária Anual, muitas vezes, não reflete melhorias concretas nos bairros de Camocim, como Coqueiros, Olinda, Nossa Senhora de Fátima, Boa Esperança, ou nas áreas rurais, como os distritos de Guriú e Amarelas. O orçamento municipal gira em torno de R\$ 328 milhões por ano, somando mais de R\$ 1 bilhão ao longo dos quatro anos de gestão da prefeita Elizabeth Magalhães. Mas eu pergunto: o que esse montante realmente mudou na vida do povo de Camocim? A realidade não parece ter mudado para aqueles que precisam de atendimento médico, emprego, qualificação, ou mesmo para os agricultores, pescadores e marisqueiras do município. Onde está o impacto desse orçamento? Não vemos melhorias significativas na saúde, infraestrutura, esportes, muito menos na geração de emprego e renda. Além disso, há a questão da segurança pública, onde a Secretaria Municipal de Segurança não desempenha o papel que deveria, que é trabalhar de forma integrada com as forças policiais para garantir segurança às famílias de Camocim. Por isso, acredito ser fundamental que a prefeita venha a esta casa discutir conosco, parlamentares, e com a população, sobre como esses recursos estão sendo aplicados. Estamos aqui para fiscalizar e, mais do que nunca, precisamos que a prefeita preste contas de como esses recursos foram utilizados de 2021 a 2024. Precisamos que ela explique ao povo de Camocim o destino de cada centavo do dinheiro público, especialmente agora, quando tenta se reeleger, e há indícios de uso inadequado de recursos e servidores públicos para fins eleitorais. Finalizo destacando que é nosso dever continuar fiscalizando e exigir essa prestação de contas, para que o povo de Camocim saiba para onde foi o dinheiro que deveria ter trazido melhorias para a cidade. Muito obrigado.”. Fez uso da tribuna o vereador Kleber Trévia Veras: “Senhor presidente, colegas vereadoras e vereadores, bom dia. Gostaria de responder ao vereador Mário Roberto sobre a questão da saúde pública. De fato, acredito que esse é um problema que vai além do nosso município, sendo uma questão nacional e até mundial. O Sistema Único de Saúde (SUS) é um exemplo reconhecido internacionalmente, mas ainda precisa ser revisto em alguns pontos, especialmente porque atende tanto quem pode pagar por um plano de saúde quanto





aqueles que não podem. Isso acaba afetando o atendimento dos mais necessitados. No Brasil, temos um importante controle social através do Cadastro Único, que ajuda a identificar as necessidades das pessoas. A integração dessas informações com o sistema de saúde poderia trazer melhorias. No entanto, o que mais importa nos municípios é a gestão, pois o município precisa investir 15% do orçamento em saúde, mas não recebe o suporte necessário do governo federal ou estadual, o que coloca uma grande responsabilidade sobre a administração local. Aqui em Camocim, temos 21 Postos de Saúde da Família (PSFs), que seguem as regras federais em termos de distribuição por quantidade de famílias. Além disso, temos trailers itinerantes para atender as localidades mais afastadas, como os distritos de Guriú e Amarelas. Embora o número de atendimentos diários seja limitado, a prefeita Betinha tem trabalhado para ampliar e melhorar os serviços dentro dos recursos disponíveis. A gestão da prefeita é baseada em informações e pesquisas, e não em suposições, como apontado. A população terá a oportunidade de avaliar esse trabalho em breve nas urnas. Desde 2013, Camocim tem visto avanços, especialmente no turismo, com o aumento do número de leitos em hotéis e pousadas, além da expansão de serviços como transportes turísticos, restaurantes e guias locais, gerando emprego e renda. O discurso de que não há avanços ou transparência na aplicação do orçamento não se sustenta, pois todos nós, vereadores, temos a prerrogativa de propor mudanças no orçamento quando ele chega a esta casa, mas poucos o fazem. O município também tem limitado espaço para investimentos próprios, por isso a prefeita tem buscado recursos externos. Por fim, a geração de empregos e renda pode ser vista claramente nos setores turísticos e agrícolas, com projetos que facilitam a vida do agricultor e fortalecem a economia local. Portanto, é importante que o debate sobre o orçamento seja feito de forma responsável e com base em fatos, para que a população possa avaliar corretamente o que tem sido feito.” NÃO HAVENDO MAIS NADA A TRATAR, O PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DECLAROU ENCERRA A ESTA SESSÃO ORDINÁRIA, EM SEGUIDA SOLICITOU A 1ª SECRETÁRIA QUE LAVRASSE A PRESENTE ATA, E CONVOCOU OS EDIS PARA A PROXIMA SESSÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2024 às 09H.

MESA DIRETORA


Antonio Emanuel de Almeida Sousa
Presidente


Lúcia Sousa Melo Freitas
Vice-Presidente


Maria Iracilda Rodrigues
1º Secretária


Francisco Gomes Araújo
2º Secretário